

CCIE diz que PGR deve processar os perpetradores e autores morais

Maputo (Canalmoz) – A Coligação Cívica sobre a Indústria Extractiva (CCIE) apela ao Governo e às instituições da Justiça, em particular à Procuradoria-Geral da República, para que exerçam em pleno os seus poderes políticos e judiciais, intervindo com acções enérgicas contra a violação sistemática dos direitos humanos de pessoas singulares e de comunidades de Namanhumbir e contra quaisquer outras ilegalidades praticadas nesse sector e denunciadas por entidades nacionais e internacionais.

A CCIE considera que de nada valerão os milhões de dólares da “Gemfields” ou de outras companhias mineradoras atribuídos como indemnizações por violações graves de direitos humanos de cidadãos moçambicanos, se a tendência para a militarização e o uso da força para reprimir as comunidades afectadas pela indústria extractiva não for travada imediatamente.

A Coligação Cívica sobre a Indústria Extractiva diz que recebeu com interesse a notícia anunciando a decisão da mineradora britânica “Gemfields” de indemnizar ou compensar as várias centenas de pessoas e comunidades de Namanhumbir, no distrito de Montepuez, vítimas de graves violações dos seus direitos, incluindo assassinatos, torturas

e incêndios criminosos das suas habitações, ao longo de vários anos.

A empresa mineradora britânica de rubi “Gemfields” acordou em pagar 8,3 milhões de dólares americanos para fechar um caso de 273 queixas de assassinatos, espancamentos e incêndio de habitações, em torno das minas de rubi de Montepuez, na província de Cabo Delgado. A empresa anunciou estes acordos em Londres, através de uma declaração de imprensa, do dia 29 de Janeiro.

“Dada a grande relevância desta decisão, no contexto da governação da indústria extractiva em Moçambique, a CCIE vem a público apresentar o seu posicionamento, em que exprime as suas reservas, quer relativamente ao processo do referido acordo, quer relativamente ao papel desempenhado, aí, pelo Estado moçambicano”, disse Fátima Mimbirre, membro daquela da CCIE.

Justificando as suas reservas, a CCIE afirmou que desde 2011 foram sendo feitas denúncias sobre grossas violações de direitos humanos na área de extracção de rubi em Montepuez, incluindo assassinatos a tiro, soterramento de pessoas vivas, práticas de tortura e outros tratamentos degradantes contra garimpeiros e membros de comunidades locais.

Na sequência, a Ordem dos Advo-

gados de Moçambique viria a qualificar tais práticas como “actos macabros, degradantes e desumanos”. No seu documento, a AOM afirma que tais actos eram perpetrados por “membros da Polícia antimotim”, tendo apelado para que os autores fossem identificados e julgados.

A CCIE diz que causou estranheza o facto de o processo judicial contra estas práticas criminosas ter sido levado para um tribunal superior de Londres, em Abril de 2018, por uma sociedade britânica de advogados de direitos humanos, denominada “Leigh Day”, a qual alegou “sérios abusos de direitos humanos na ou em redor da empresa Montepuez Ruby Mining”, subsidiária da “Gemfields”.

“O acordo de indemnizações e compensações ora anunciado suscita à CCIE sérias preocupações, directamente ligadas à governação de recursos naturais em Moçambique, levantando a pergunta sobre se este resultado traduz fraca capacidade institucional do país ou, pelo contrário, falta de vontade política”, diz a CCIE e, em seguida, lembra que, em primeiro lugar, este acordo resulta de uma acção judicial de uma entidade estrangeira, contra uma empresa estrangeira, que viola direitos humanos de moçambicanos, em território moçambicano, onde explora valiosos

recursos naturais, sob concessão do Estado Moçambicano. Em segundo lugar, o Estado moçambicano, em cujo território estes crimes foram cometidos, não só esteve totalmente ausente deste processo, como sobretudo, tem-se mantido indiferente, através da Procuradoria-Geral da República, apesar de esta instituição ter integrado uma comissão de investigação constituída em 2017. Em terceiro lugar, a própria empresa que, mesmo negando responsabilidade pelas práticas criminosas que constam na acusação, determina, no seu livre arbítrio, o valor com o qual decide indemnizar ou compensar as vítimas, em Moçambique.

“Perante este quadro, a CCIE interroga-se: por que hão-de ser entidades estrangeiras a aparecerem na linha da frente em defesa dos direitos de cidadãos moçambicanos, violados em território nacional?”

A Coligação Cívica sobre a Indústria Extractiva diz que há promiscuidade entre política e negócios no país, dado que a “Montepuez Ruby Mining” é uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, cujos accionistas são a “Mwiriti, Limitada”, empresa moçambicana detentora de 25% do capital, e a “Gemfields”, britânica, detentora de 75% do capital.

A “Mwiriri” é uma empresa de Raimundo Pachinuapa, combatente da luta armada de libertação nacional, general na reserva e membro da Comissão Política da Frelimo, partido no poder. Samora Machel Júnior (filho de Samora Machel, primeiro Presidente de Moçambique) ocupa, na “Montepuez Ruby Mining” o cargo de presidente do Conselho de Administração, e Raimundo Pachinuapa (filho mais velho de Raimundo Pachinuapa) ocu-

pa o cargo de gestor de operações.

A área concessionada à MRM para a implementação do projecto resulta de atribuição de duas concessões mineiras contíguas, que totalizam uma área de 33.600 hectares, sendo considerada uma das mais extensas áreas concedidas a interesses privados em África. As duas concessões foram amalgamadas em Novembro de 2015.

“Considerando esta construção político-económica em torno da MRM, muitos analistas têm colocado fortes suspeitas sobre se a inércia das autoridades moçambicanas em levar até às últimas consequências os resultados de diferentes investigações credíveis não reflecte a paralisação do Estado, controlado simultaneamente por potenciais violadores da lei e por aqueles investidos de poder para investigar e punir os autores de tais violações”, disse a CCEI. **(Reginaldo Mangue)**